



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019

Processo nº 642/2019

Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2019, no **Município de Porto Vera Cruz, RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno com sede na Avenida Humaitá, 672 nesta cidade de Porto Vera Cruz (RS), inscrição no CNPJ sob o número 91.105.452/0001-93, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Delfor Barbieri**, CPF 619.653.750-49, portador da Carteira de Identidade de número 3044718091/SJS-RS, residente na Avenida Humaitá, nesta cidade de Porto Vera Cruz – RS, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019, DE REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS**, por deliberação e Adjudicação do Pregoeiro, Homologada em 16/07/2019, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** das Empresas classificadas em primeiro lugar por item, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

l) A presente ata de registro de preços tem por objeto o Registro dos Preços para fornecimento de medicamentos, conforme especificados a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MIN	MAX	UN MEDI	R\$ UN
4	ACETILCISTEÍNA 20MG/ML	GENÉRICO	25	200	FR	7,000
7	ACICLOVIR 50MG/G POMADA	GENÉRICO	50	300	TB	2,300
8	ACIDO ACETILSALICILICO TAMPONADO 325 MG	SOMALGIN CARDIO	180	360	CP	0,910
10	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG TAMPONADO	SOMALGIM CARDIO	180	360	CP	0,530
22	AMOXICILINA 875MGMG+CLAVULANATO DE POTASSIO125MG	GENÉRICO	100	4.000	CP	1,800
23	AMOXICILINA 250MG+CLAVULANATO DE POTÁSSIO 62,5 MG/ML	GENÉRICO	5	200	FR	13,200
31	ATENOLOL 50MG+CLORTALIDONA 12,5 MG	GENÉRICO	250	1.000	CP	0,260
46	BROMETO DE IPATRÓPIO 20MCG/DOSE	ATROVENT	200	4.000	FR	23,900
48	BUDESONIDA 32 MCG	GENÉRICO	5	50	FR	14,000
49	BUDESONIDA 50 MCG	BUSONID	5	50	FR	23,800
55	CARBAMAZEPINA SUSPENSÃO 2%	GENÉRICO	5	50	FR	12,300
58	CARBONATO DE LITIO 450 MG	CARLIT XR	250	1.500	CP	1,450
59	CLORIDRATO DE BUPROPIONA 150MG	GENÉRICO	250	2.000	CP	0,262
60	CARNABOL CP	CARNABOL	220	1.000	CP	0,580



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

61	CARNABOL SUSPENSÃO	CARNABOL	10	150	FR	12,300
62	CARVEDIOL 3,125MG	GENÉRICO	250	2.500	CP	0,060
63	CARVEDIOL 6,25 MG	GENÉRICO	250	2.500	CP	0,073
64	CARVEDIOL 12,5MG	GENÉRICO	250	2.500	CP	0,093
68	CERUMIM 8 ML GOTAS	CERUMIN	10	70	FR	13,000
79	CLOBETASOL CREME DERMATOLÓGICO	GENÉRICO	10	50	FR	4,700
80	CLOMIPRAMINA 25MG	GENÉRICO	100	500	CP	0,980
83	CLORDIAZEPÓXIDO 5MG+CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 12,5MG	LIMBITROL	400	6.000	CP	0,416
84	CLORETO DE POTÁSSIO 600MG	SLOW K	100	500	CP	0,590
87	CLORIDRATO DE BAMIFILINA 300MG	BAMIFIX	100	800	CP	1,300
88	CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA 10MG	GENÉRICO	100	1.500	CP	0,280
89	CLORIDRATO DE DULOXETINA 30MG	GENÉRICO	250	2.000	CP	1,150
92	CLORIDRATO DE HIDRALAZINA 50MG	APRESOLINA	100	500	CP	0,350
95	CLORIDRATO DE METILFENIDATO 10MG	GENÉRICO	120	3.000	CP	0,730
97	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 75MG	GENÉRICO	100	500	CP	1,190
98	CLORIDRATO DE PAROXETINA 12,5MG	PAXIL CR	120	1.000	CP	2,200
103	CLORIDRATO DE TRAZODONA 50MG	GENÉRICO	250	3.000	CP	0,500
109	COMBIGAN COLIRIO	COMBIGAN	5	50	FR	87,300
117	DIACEREINA 50MG	ARTRODAR	100	1.500	CP	3,880
134	DUO-TRAVATAN COLIRIO	DUO TRAVATAN	5	50	FR	110,000
152	FUMARATO DE FORMOTEROL DII-HIDRATADO 6MG + BUDESONIDA 200 MCG	ALENIA	250	1.000	CAPS	1,250
155	FUROATO DE MOMETASONA SPRAY NASAL AQUOSO 50MCG-ATOMIZAÇÃO	NASONEX	5	30	FR	45,400
157	GERIATON 40MG	GERIATON	120	500	CP	1,650
170	INDACATEROL150MCG	ONBRIZE	120	1.000	CAPS	4,050
178	LEVOMEPRAZINA 4% (4MG/ML)	NEOZINE	5	20	FR	12,750
181	LEVOTIROXINA SÓDICA 38 MCG	LEVOID	500	3.000	CP	0,288
183	LEVOTIROXINA SÓDICA 75 MCG	GENÉRICO	500	3.000	CP	0,190
184	LEVOTIROXINA SÓDICA 88 MCG	GENÉRICO	250	2.000	CP	0,230
186	LEVOTIROXINA SÓDICA 112 MCG	GENÉRICO	250	2.000	CP	0,295
187	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG	GENÉRICO	500	3.000	CP	0,215
188	LINAGLIPTINA 2,5 MG + CLORIDRATO DE METFORMINA 850 MG	TRAYENTA DUO	90	1.500	CP	3,200
193	MAXITROL COLIRIO	MAXITROL	5	50	FR	12,650
199	METILDOPA 250MG	GENÉRICO	250	3.000	CP	0,480
212	MONTELUCASTE DE SÓDIO 10MG	GENÉRICO	250	3.000	CP	0,900
214	NEULEPTIL 4%	NEULEPTIL	5	20	FR	15,200
223	NITRENDIPINO 10MG	GENÉRICO	250	1.000	CP	0,535
224	NITRENDIPINO 20 MG	GENÉRICO	250	1.000	CP	0,920
226	NORTRIPTILINA 10MG	GENÉRICO	120	1.000	CP	0,690



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

228	OFTANE COLIRIO	OFTANE	5	12	FR	32,000
232	ORLISTATE 120MG	GENÉRICO	120	1.000	CP	1,700
233	OXALATO ESCITALOPRAM 10MG	GENÉRICO	250	4.000	CP	0,450
247	PRIMIDONA 100MG	PRIMID	100	1.200	CP	0,540
249	PROLOPABD 25+100MG	PROLOPA	120	3.000	CP	1,170
250	PREGABALINA 75MG	GENÉRICO	100	4.000	CP	0,900
251	PROPATILNITRATO 10MG	DAINITRE	1.000	4.000	CP	0,350
252	PROPIONATO DE FLUTICASONA 27,5 MCG	AVAMYS	5	50	FR	51,800
255	PROTOVIT PLUS-POLIVITAMINICO SOLUÇÃO ORAL GOTAS	PROTOVIT	10	200	FR	17,400
257	QUETIAPINA 100MG	GENÉRICO	120	2.000	CP	2,950
267	RIVASTIGMINA 13,3MG/24H	EXELON	60	720	ADES	21,490
268	ROSUVASTATINA CALCICA 10MG	GENÉRICO	120	1.000	CP	0,500
281	SULFASSALAZINA 500MG	AZULFIN	120	1.000	CP	1,350
282	SULFATO DE GENTAMICINA 0,5%	ALLERGAN	5	100	FR	9,700
287	TARTARATO DE BRIMONIDINA 0,2% + MALEATO DE TIMOLOL 0,5%	BRITENS	10	100	FR	67,900
288	TARTARATO DE METROPROLOL 100MG	GENÉRICO	250	2.000	CP	0,327
289	TIAMAZOL 5 MG	TAPAZOL	120	500	CP	0,245
294	UMIDITA LOÇÃO	LIBBS	5	50	FR	135,000
299	XINOFOATO DE SALMETEROL 25MCG + PROPIONATO DE FLUTICASONA 125MCG	SERETIDE	5	25	FR	111,000
300	XINOFOATO DE SALMETEROL 25MCG + PROPIONATO DE FLUTICASONA 50MCG	SERETIDE	5	25	FR	95,000

II) LICITANTE VENCEDORA:

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI, estabelecida na Rua Itacolomi, nº 365, La Salle, Pato Branco, PR, CEP: 85505-050, CNPJ: 04.470.877/0001-05, Fone: (46) 3225-1002, E-mail: medi-gram@medigram.com.br, neste ato representado por **Egon Paulo Grams**, Representante Legal, CI 746.932-2, CPF: 145.981.089-91.

PARÁGRAFO ÚNICO

APÓS ASSINAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, O LICITANTE DEVERÁ MANTER SUA CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DA MESMA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I) Os preços registrados neste processo terão validade pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

I) Os Preços para o fornecimento são os constantes da cláusula primeira, entendidos como justos e suficientes para a total execução do objeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

CLÁUSULA QUARTA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA

I) O gerenciamento da presente ata caberá à Secretaria Municipal da Saúde, nos termos do Edital da Licitação.

II) A fiscalização da ata de registro de preços, ficará sob responsabilidade da servidora Aline Hammes designada pela portaria nº 6.262/2019.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A partir da assinatura desta ata de registro de preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

II - A existência da ata de registro de preços não obriga a Administração a firmar contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outras licitações para aquisição do objeto licitado, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

III - O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

IV - O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de registro de preços, a critério da Administração.

V - Quando, por motivo superveniente, o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração tomará as seguintes providências:

a) convocará o fornecedor visando à negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocará os demais fornecedores participantes do certame licitatório que originou o presente registro de preços, em sua ordem de classificação por menor preço, visando igual oportunidade de negociação.

VI - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

VII - O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

1 - Pela Administração, quando:

a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;

b) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone:0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

c) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

f) comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

2 - Pelo fornecedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem a Ata de Registro de Preços.

VIII - A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos no inciso VII item 1 será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

IX - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

X - A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 02 (dois) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

XI - O detentor ficará obrigado a atender todas as AF – Autorizações de fornecimento emitidas durante a vigência da ata de registro de preços, mesmo se a entrega dela decorrente for prevista para data posterior ao vencimento da ata.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

I) Os recursos orçamentários, para fazer frente às despesas da presente licitação no caso de aquisição, serão alocados quando da emissão das notas de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

I - Os pagamentos serão efetuados em até quinze (15) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, exceto na eventualidade de aplicação de multas quando este prazo poderá ser maior.

II - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

III - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

IV - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

V - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

VI - No ato de emissão da nota fiscal, a contratada deverá informar os dados bancários (banco, agência e nº da conta) para depósitos referentes aos pagamentos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

VII - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

VIII - Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

IX - O Município reserva-se o direito de suspender o pagamento da prestação de serviço ou fornecimento de bens realizados em desacordo com as especificações constantes na ata de registro de preços.

X - No caso de inadimplemento do Contratante, será obedecido o que dispõe o art. 40, inc. XIV, alínea "c" da Lei Federal nº. 8.666/93, sendo utilizado o índice do IPCA, *pro rata die*.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

I - Não haverá reajuste de preços durante a vigência do presente registro de preços.

II - Havendo alteração de preços dos materiais cotados, os preços registrados poderão ser atualizados, de conformidade com as modificações ocorridas, conforme dispõe o art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93.

III - O Fornecedor do registro de preços deverá solicitar a atualização dos preços vigentes formalmente ao Município de Porto Vera Cruz, acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos ou outros documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Município.

IV - Independentemente da solicitação de que trata os itens II e III, a Administração poderá, na vigência do registro, solicitar a redução de preços registrados, garantido a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da assinatura da ata pelas partes interessadas.

V - O preço atualizado não poderá ser superior ao praticado no mercado e deverá manter a diferença de percentual apurada entre o preço de custo e o preço originalmente constante na proposta, bem como, o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.

VI - O pedido de atualização dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.

CLÁUSULA NONA – DA SOLICITAÇÃO DO MATERIAL

I) Os produtos cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser entregues em até **30 (trinta) dias após a data do recebimento da Autorização de Fornecimento - AF**, cuja emissão se dará conforme a necessidade do Município e com o item 8 do edital.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

II) Os itens deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Saúde de Porto Vera Cruz, situada na Rua Vera Cruz, nº 188, em Porto Vera Cruz, RS, em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequações de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA/ Ministério da Saúde.

III) Deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu o recebimento dos produtos.

IV) Os rótulos e bulas de todos os medicamentos, nacionais ou importados, deverão conter todas as informações em língua portuguesa, ou seja, o número do lote, data de fabricação, validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31, do Código de Defesa do Consumidor.

V) Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, que atendam às necessidades da Secretaria, o mesmo será devolvido para que seja substituído.

VI) A Secretaria Municipal de Saúde terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue e informar a vencedora, no caso de objeto entregue em desacordo com as especificações, para sua substituição.

VII) Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO ÚNICO

I) As despesas decorrentes de quaisquer encargos, entrega, substituição e tributos competem, exclusivamente, ao licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DA ATA

II) A empresa garante que o objeto será executado na forma, prazo e qualidade contidos no processo licitatório, nas quantidades solicitadas na respectiva nota de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO – DOS DIREITOS

III) Constitui direito de o Município receber o objeto desta ata quando for solicitado, nas condições avençadas, e da Fornecedora perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – DAS OBRIGAÇÕES

I - Constituem obrigações do Município:

- a) efetuar o pagamento ajustado; e
- b) dar à Fornecedora as condições necessárias a regular execução das obrigações assumidas.

II - Constituem obrigações da Fornecedora:

- a) entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital e em consonância com a proposta de preços;
- b) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

- c) providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
- d) arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- e) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;
- f) arcar com todas as despesas com transporte, taxas ou quaisquer outros acréscimos, que correm por conta exclusiva do Contratado;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO DA ATA

I) A Empresa reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no Art. 77 da Lei Federal nº. 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

II) Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano;*

b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 6 meses e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

c) executar o contrato com atraso até o limite de 10 (dez) dias ou com outras irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

d) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 60 (sessenta) dias, depois de decorrido o prazo previsto na letra “c”, *multa diária de 0,5% sobre o montante não adimplido do contrato* após os quais será considerado como inexecução contratual parcial. Dependendo do objeto da licitação será considerada inexecução total;

e) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato acrescido da multa por atraso prevista na letra “d”;*

f) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato acrescido da multa por atraso prevista na letra “d”;*

g) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

Observação: As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE PORTO VERA CRUZ

Av. Humaitá, nº 672 – Fone: 0xx55 3613 9200/9150
CEP 98985 000 – Porto Vera Cruz – RS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA

I) A presente Ata somente terá eficácia depois de ser publicada no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

II) Fica eleito o foro de Santo Cristo, RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I) Firmam a presente ata em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Porto Vera Cruz, RS, em 02 de agosto de 2019.

Delfor Barbieri
Prefeito

Egon Paulo Grams
Representante Legal

Essa ata foi devidamente examinada e aprovada por esta Assessoria Jurídica

Em ____ - ____ - ____

Jair Darlei Benke
Assessor Jurídico – OAB / RS n.º 50.295

Documento elaborado pelo servidor Vanderlei Kucner, oficial administrativo, em 02 de agosto de 2019, de acordo com a ordem de serviço nº 02/2017.

Vanderlei Kucner